

Retenção e evasão: os desafios para a permanência e a conclusão de cursos no Ensino Superiorⁱ

Evasión y retención: un análisis a partir del observatorio académico de estudiantes de una universidad

Edineide Jezine
Uyguaciara Veloso Castelo Branco
José Jorge Lima Dias Júnior
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa/Brasil

Resumo

A retenção e a evasão são fenômenos multifatoriais que demandam por pesquisas longitudinais para compreender os desafios que interferem no sucesso acadêmico. O objetivo deste trabalho é reconhecer o fenômeno da evasão a partir do estudo de caso, com graduandos de uma universidade, no período de 2010 a 2022, a partir de processos contínuos de acompanhamento da vida acadêmica do estudante, em que utiliza a ferramenta do Observatório Acadêmico dos Estudantes (OAE). Demonstra o perfil estudantil com tendência à evasão que se caracteriza pela prevalência de mulheres, estudantes negros, oriundos da escola pública, pais com baixa escolaridade e perfil socioeconômico de 1 a 3 salários-mínimos de renda familiar mensal. Indica-se a necessidade de novas pesquisas e a realização de estudos comparativos sobre evasão e retenção, no âmbito institucional e nacional.

Palavras-chave: evasão; retenção; permanência.

Resumen

La deserción y la retención son fenómenos multifactoriales que requieren una investigación longitudinal para comprender los desafíos que interfieren con el éxito académico. El objetivo de este trabajo es reconocer el fenómeno de la evasión a partir del estudio de caso, con los estudiantes de grado de una universidad, en el período 2010 al 2022 basado en procesos continuos de seguimiento de la vida académica del estudiante mediante la herramienta Observatorio Académico Estudiantil (OAE). Se demuestra el perfil estudiantil con tendencia a la deserción que se caracteriza por el predominio de mujeres, estudiantes negros, provenientes de escuelas públicas, padres con baja escolaridad y un perfil socioeconómico de 1 a 3 salarios mínimos de ingreso familiar mensual. Esta indicado la necesidad de profundizar la investigación con otros centros docentes y la realización de estudios comparativos sobre evasión y retención a nivel institucional y nacional.

Palabras clave: evasión; retención; permanecer.

Introdução

A década de 1990 presenciou uma expressiva expansão mundial do ensino superior, no contexto de políticas neoliberais e de globalização, que o colocam no cenário nacional e internacional, como pauta política e social. A Conferência Mundial de Educação Superior (Paris, 1998), ao apresentar uma série de recomendações políticas para o ensino superior, adota a concepção de *accountability*, em que se destacam a inclusão e o compromisso social das Instituições de Ensino Superior (IES), atrelados a um sistemaⁱⁱ que seja eficiente, eficaz e produtivo. Tais recomendações demonstram uma forte consonância com as recomendações do Banco Mundial, de ajustes macroeconômicos, de distanciamento do Estado dos processos produtivos e de adoção de função regulatória dos sistemas.

No Brasil, o processo de expansão do ensino superior não foge às recomendações dos organismos internacionais, que ganha materialidade a partir de ações políticas, dentre as quais destacam-se:

1. Reforma do Estado Brasileiro ganha maior expressão no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC - 1994-2002), sob os auspícios da hegemonia neoliberal, que afirma a supremacia do setor privado, na polarização público/privado, e indica a alternativa de parceria estatal/privado, favorecendo o fomento do Fundo de Investimento Estudantil (FIES) para instituições privadas de ensino superior;
2. Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que legisla sobre a flexibilização e a diversificação institucional dos sistemas de educação nacional, alargando o mercado educacional. No ensino superior, o setor privado, no período de 1995 a 2010, obteve o crescimento de 347,15% em matrículas em relação ao setor público, que registrou o crescimento de 134,58% (Mancebo, 2013);
3. Subsídios financeiros ao setor privado, a partir do Programa Universidade para Todos (Prouni)ⁱⁱⁱ, em 2004, já no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) que, a partir de pressuposto conciliatório, continua expandindo o setor privado, com políticas compensatórias ao setor público;
4. Aprovação da Lei nº 12.711/2012, no governo da presidente Dilma Rousseff, que garante a reserva de 50% das matrículas, por curso e turno, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em cursos regulares, a alunos oriundos do ensino médio público, ficando os demais 50% das vagas para ampla concorrência.

A expansão do setor público, sob a perspectiva da inclusão social, também denominada de “democratização do acesso”, tem sua vinculação às políticas afirmativas de cotas sociais aos/às estudantes advindos/as de escolas públicas, grupos étnico-raciais e/ou com deficiência. A pesquisa realizada pelo FONAPRACE (2019), sobre o perfil socioeconômico dos/as graduandos/as das IFES, comprova o crescimento do número de sujeitos, em situação de vulnerabilidade social, estudando em universidades públicas, em sua maioria advindos de escolas públicas, de família de baixa renda e de pais com baixa escolaridade. Desse modo, as políticas de expansão, com forte espectro de inclusão social, se consolidam no setor público, emergindo questões voltadas à permanência com a conclusão do curso e, em sua interface, à retenção e à evasão (Luchmann, 2007; Góis, 2008).

O debate sobre a permanência emerge a partir do crescente número de estudantes evadidos e tem se constituído necessário para a formulação de políticas públicas, para o ensino superior e/ou para a gestão institucional. Nesse sentido, a categoria “permanência” precisa ser considerada como multidimensional, pois sua compreensão envolve fatores pedagógicos, sociais, econômicos, culturais ou individuais (Castelo Branco; Jezine; Nakamura, 2017).

O trabalho de Nunes e Veloso (2016) sobre a permanência em cursos superiores aponta questões relacionadas ao ambiente acadêmico, em que o/a estudante vivencia complexas realidades, contextos culturais, sociais e econômicos que os diferenciam. Lima, Malange e Barbosa (2016) evidenciam a mudança de perfil dos/as ingressantes e os caracterizam como pardos/as, oriundos/as de escola pública e com poder socioeconômico baixo. Em geral, os estudos destacam a importância da pesquisa sobre as trajetórias dos/as estudantes para pensar políticas de acesso e permanência com sucesso que não se encerram na assistência estudantil, mas envolvem também os aspectos da infraestrutura da instituição e os elementos didático-pedagógicos da sala de aula.

O debate sobre a expansão do ensino superior, associado à mudança do perfil socioeconômico do ingresso nas IFES e as condições de permanência, contribui para outras questões. Nesse sentido, o que pode explicar o fato do crescimento dos processos de retenção e evasão nas universidades públicas brasileiras, em específico nas IFES? Para Santos (2008, p. 19), as dinâmicas variam de país para país, mas “a perda de prioridade da universidade pública nas políticas públicas de Estado”, tendo como “alternativa a criação do

Retenção e evasão: os desafios para a permanência e conclusão de cursos no Ensino Superior

mercado universitário”, pode se constituir um fator preocupante. Desta feita, o fenômeno da evasão não pode ser considerado como um fato novo, mas um processo histórico, que se conjuga ao contexto de políticas neoliberais, em um processo de desconstrução da universidade como um bem público, mediante a descapitalização financeira da instituição e a descaracterização do seu produto – o conhecimento científico.

O Censo da Educação Superior 2022 (INEP, 2023) indica, no Brasil, no período de 2013 a 2022, uma taxa de desistência acumulada de 58%^{iv}, sendo que o setor público, no mesmo período, registra, a partir do ingresso em 2013, 8%, chegando, no ano de 2022, ao percentual de 52% de taxa de desistência acumulada. Fenômeno expressivo, também, no setor privado, que inicia com 12%, em 2013, e chega a 59%, em 2022, de taxa de desistência acumulada, o que implica dizer que a expansão, em sua dualidade, vem acompanhada de um expressivo processo de evasão, em que pese as políticas de bolsa e financiamento estudantil, para o setor privado, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), para o setor público.

Nesse sentido, é importante perceber e acompanhar a dinâmica da evasão do/a estudante a fim de pensar a funcionalidade das IES e garantir ações para a formação com a inclusão de sujeitos historicamente excluídos do direito ao acesso ao ensino superior. Implica compreender a sua expansão para além do acesso e discutir as problemáticas da evasão em cursos de ensino superior, compreendendo que os estudantes que tiveram condições de ascender educacionalmente precisam das condições para permanecer e concluir.

Para tanto, o artigo objetiva reconhecer a materialidade do fenômeno da evasão, no período de 2010 a 2022, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (CE/UFPB), que dispõe de quatro cursos de graduação: Pedagogia, Pedagogia do Campo, Psicopedagogia e Ciências das Religiões. No caso, a amostra deste estudo é constituída por cursos realizados majoritariamente por mulheres, ligados à área da educação e de baixo prestígio social. Portanto, esses cursos foram mais atrativos para um perfil estudantil que se caracteriza pela prevalência de mulheres, estudantes negros/as, oriundos/as da escola pública, pais com baixa escolaridade e perfil socioeconômico de 1 a 3 salários-mínimos de renda familiar mensal.

Trata-se de um estudo de caso, longitudinal, que busca acompanhar a trajetória acadêmica do/a estudante em relação ao ingresso, à retenção e à evasão, constituindo processos contínuos de acompanhamento da vida acadêmica do estudante, a partir do Observatório Acadêmico dos Estudantes (OAE)^v, uma ferramenta tecnológica desenvolvida pelo Google® - Google Data Studio, disponível on-line, para que se possa acessar e realizar

análises sobre a trajetória do estudante. A base de dados utilizada pelo OAE é do Censo da Educação Superior, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), obtendo indícios e evidências para a criação de estratégias de combate às problemáticas que afetam a principal função social da universidade: a formação profissional e seu compromisso com a inclusão social.

A evasão no ensino superior: uma relação entre conceitos e informação

O fenômeno da evasão não se constitui uma pauta recente, ao contrário, é objeto de estudo de pesquisas (Cunha; Morosini, 2014; Mendes, 2020; Coimbra; Silva; Costa, 2021), de agentes de mobilização social e gestores de políticas públicas. No documento intitulado *Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas* (ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996), registram-se três tipos de evasão no ensino superior: **evasão do curso; evasão da instituição; evasão do sistema**. A primeira é quando o/a estudante se desvincula do curso de origem, abandona-o ou deixa de matricular-se por motivos variados, como desistência, transferência, reopção ou por exclusão em função das normas institucionais. A segunda ocorre quando o/a estudante “desliga-se da instituição na qual está matriculado” (Costa; Costa; Moura Júnior, 2017, p. 17). E, quando o/a estudante “abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior”, é considerado evadido do sistema (ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996, p. 16).

Todavia, a evasão possui um fenômeno anterior, a retenção, a qual é definida como “a situação em que, apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular e mesmo não tendo concluído o curso, o aluno se mantém ou consta como matriculado na Universidade” (ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996, p. 23). Ainda, segundo Costa, Costa e Moura Júnior (2017), é quando o/a estudante extrapola o tempo regular para a conclusão do curso ou não conclui no prazo estabelecido de curricularização.

O relatório final da Comissão Especial, criada para diagnosticar o fenômeno da evasão (SESU/MEC; ANDIFES; ABRUEM, 1996), busca agregar as numerosas causas em três grandes grupos, quais sejam: a) fatores referentes a características individuais do estudante; b) fatores internos às instituições; e c) fatores externos às instituições. A pesquisa de Cunha e Morosini (2014) amplia os fatores que podem gerar a evasão e aponta as principais causas: a) os aspectos financeiros; b) os aspectos relacionados à escolha do curso, às expectativas ao ingresso e ao nível de satisfação; c) os aspectos interpessoais quanto às dificuldades de

Retenção e evasão: os desafios para a permanência e conclusão de cursos no Ensino Superior

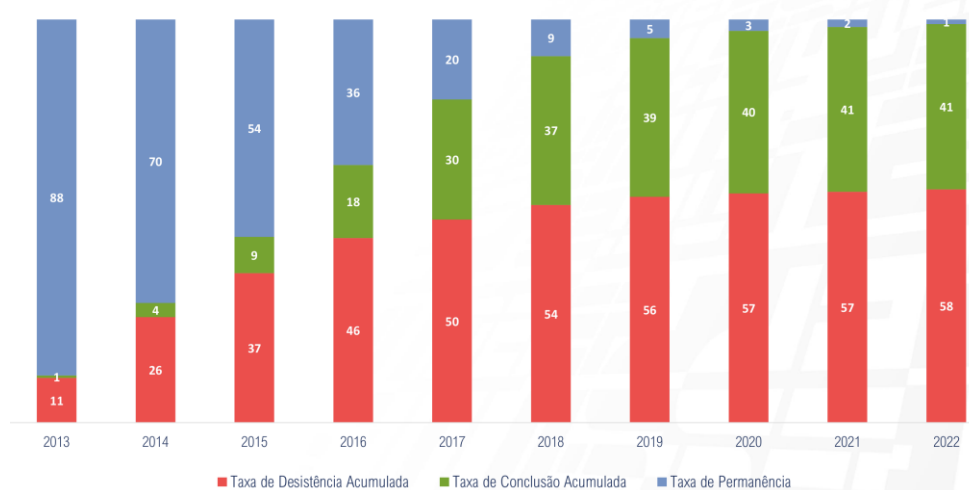
relacionamento; d) os aspectos relacionados com o desempenho das tarefas acadêmicas; e) os aspectos sociais, como o baixo prestígio social do curso, da profissão e da universidade elegida; f) a incompatibilidade entre os horários de estudos com as demais atividades de trabalho; g) os aspectos das responsabilidades familiares; e h) o baixo nível de motivação e de compromisso com o curso.

As diversas tentativas de identificar causalidades da evasão esbarram na observação de fatores externos ao indivíduo e que a instituição possui pouco ou nenhum gerenciamento. É possível também inferir que “Não se sabe ao certo qual é o peso de cada um deles, tampouco sua variação espacial ou temporal. Somente pode-se concluir que, se ela estiver correta, são razões de naturezas muito distintas, exigindo diagnósticos e políticas igualmente distintos” (Coimbra; Silva; Costa, 2021, p, 10).

Embora a evasão não se constitua uma demanda nova no debate do ensino superior, ela ganha notoriedade em seu processo de expansão e em sua vinculação às chamadas políticas de inclusão social, seja a partir de bolsas e financiamento para o setor privado, seja a partir da reserva de vagas para o setor público.

Como um fenômeno que vem se alastrando pelos setores públicos e privados do ensino superior, como pelas modalidades de ensino e cursos, na busca de compreender a complexidade do fenômeno, o INEP, a partir dos indicadores de curso de graduação, calcula as taxas de permanência, de conclusão^{vi} e de desistência, em um processo de acompanhamento da trajetória (fluxo) dos alunos ingressantes em um determinado ano. Desse modo, o dado fornece uma visão geral da evasão no ensino superior, conforme se pode observar na figura 1.

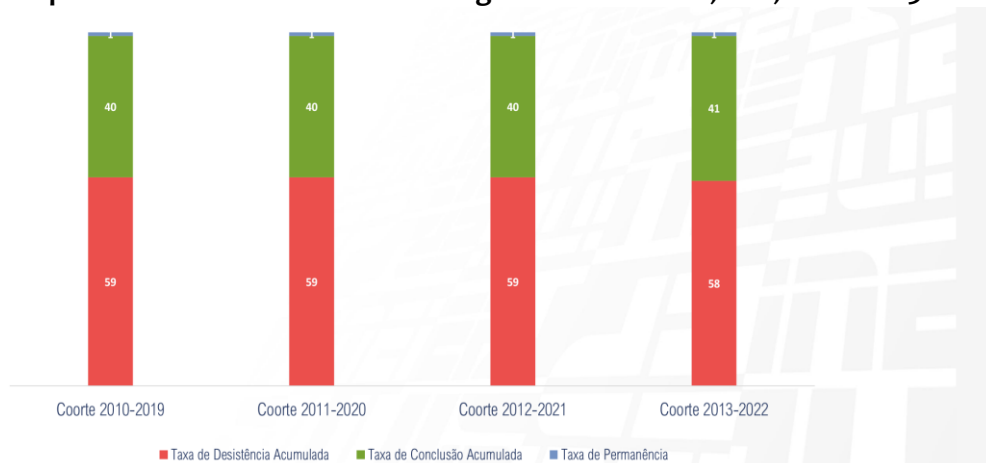
Figura 1 – Evolução dos indicadores de trajetória dos estudantes no curso de ingresso em 2013



Fonte: MEC/Inep, Censo da Educação Superior, 2013-2022.

Para cada ano de referência do Censo da Educação Superior, é possível identificar a coorte de ingressantes em cada curso e, assim, acompanhar sua trajetória no curso ao longo dos anos (INEP, 2023), conforme figura 2.

Figura 2 – Indicadores de trajetória dos estudantes no curso de ingresso no 10º ano de acompanhamento Brasil – coortes de ingressantes de 2010, 2011, 2012 e 2013



Fonte: MEC/Inep, Censo da Educação Superior, 2010-2022.

Os dados explicitam que a taxa de evasão vem se mantendo, no patamar nos últimos anos, praticamente sem alterações. Quando a respectiva taxa é analisada por setor acadêmico, observa-se que tanto os setores públicos quanto privados são atingidos, fenômeno que não era tão expressivo no setor público, mas que chega, em 2022, com 52% da taxa de evasão, e o setor privado, com 59%, considerando o período entre 2013 e 2022. Em geral, os alunos que são evadidos, antes da concretização do abandono, passam por situação de retenção, um período que pode se constituir em alerta para frear o abandono.

No setor federal de ensino, o Censo da Educação Superior 2022 (INEP, 2023), ao buscar a taxa de desistência acumulada, adota o indicador *com e sem reserva de vaga*, de modo que os dados do respectivo indicador, no período de 2013 a 2022, explicitam que os ingressantes por reserva de vaga desistiram menos, em um percentual de taxa de desistência acumulada de 36%, em contraposição aos ingressos sem reserva de vaga, ou seja, a ampla concorrência, com 55%. A reserva de vaga, como uma política pública social, que favorece o ingresso de pessoas advindas de escolas públicas, com baixa renda, marcas étnico-raciais, povos tradicionais e pessoas com deficiência, dentre outros sujeitos excluídos historicamente do acesso ao ensino superior público, principalmente em cursos considerados de alto prestígio social, se constitui um importante indício para a avaliação das políticas públicas.

Retenção e evasão: os desafios para a permanência e conclusão de cursos no Ensino Superior

Nesse sentido, é possível analisar a evasão no ensino superior como uma constituição de fatores discrepantes e multifatoriais que tendem a ser diferenciados, considerando o tipo de carreira profissional, que, em parte, se relaciona ao *status social* que o curso apresenta no mercado e às escolhas que os/as estudantes realizam em função do capital incorporado: “De fato, na grande maioria de suas ações, o agente econômico é tanto calculador racional, obedecendo exclusivamente à avaliação racional das chances quanto autômato, determinado mecanicamente pelas leis do mercado” (Bourdieu, 2012a, p. 84).

Além das escolhas profissionais estarem vinculadas aos interesses de mercado, Carvalho e Jezine (2019) assinalam a interseccionalidade entre classe e gênero como fatores para o acesso a cursos superiores. No que tange às carreiras profissionais, confirmam uma “destinação” para a formação, que é sustentada pelos estereótipos sexistas que afetam homens e mulheres.

O debate sobre feminilidade e masculinidade, no âmbito das carreiras profissionais, é um dos fatores que devem constituir os indicadores de análise da evasão, assim como as questões de classe. Essas intersecções são necessárias para compreender os diferentes cenários das carreiras profissionais e o prestígio social atribuído a elas, identificando fatores constituintes para pensar o processo de evasão.

Como exemplo, cursos da área de exatas são majoritariamente masculinos e que, culturalmente, compõem as chamadas “ciências duras” — como Ciência da Computação, Matemática, Física e Engenharias — tendem a apresentar maiores taxas de abandono. Já os cursos de Licenciaturas da área de Educação, com predominância feminina, têm menor taxa de desistência, fenômeno confirmado a partir da síntese dos resultados do Censo da Educação Superior 2022 (INEP, 2023) que, ao tratar da evolução dos indicadores de trajetória dos estudantes em cursos de Licenciatura, para o coorte de ingressos de 2013-2022, indica os cursos de Matemática e Física, com 67% e 72%, respectivamente, de maior taxa de desistência e os cursos de Licenciatura em Geografia e Pedagogia, com, respectivamente, 48% e 54%, com menores taxas de desistência.

Tais indicadores socioeconômicos pontuados, que interferem na escolha do estudante pela carreira profissional, são constituídos por determinantes sociais que recaem sobre a expectativa de ingresso e a perspectiva do *status social* que o curso pode apresentar, a valorização para o mercado de trabalho e o grau de dificuldade possível, pois “as vantagens e desvantagens são acumulativas, pelo fato de as escolhas iniciais, escolha de

estabelecimento e escolha de seção definirão irreversivelmente os destinos escolares” (Bourdieu, 2012b, p. 51).

A análise da evasão, ao ultrapassar a distinção conceitual, indica pensar fatores de distinção das diferenças sociais, que envolvem as questões voltadas à governança das políticas públicas, a partir de suas profundas contradições, em um contexto de desigualdades sociais, culturais e educacionais, produzidas pela sociedade capitalista. Requer análises científicas que possam qualificar os fatores às instituições e aos sujeitos, indicando a importância da fundamentação em dados quantificáveis que apresentem uma totalidade institucional da problemática da evasão.

Nesse sentido, ao perceber o todo institucional, a evasão não se constitui apenas uma problemática do sujeito evadido, que perdeu o curso, não conseguiu se formar e utilizou a vaga pública sem retorno social. Entretanto, a evasão se constitui uma problemática social, faz parte da dimensão do planejamento institucional, em que o alcance dos objetivos institucionais, das metas e finalidades da instituição acadêmica, da formação profissional e da contribuição para o desenvolvimento da sociedade devem considerar a materialidade da realidade socioeconômica dos estudantes e as condições reais da instituição para a permanência (sem retenção), na perspectiva da conclusão do curso.

Retenção e evasão: o caso do centro de ensino de uma universidade

Os dados aqui apresentados referem-se ao painel analítico de dados do OAE do CE/UFPB, que objetiva promover o acompanhamento do processo de evasão, retenção e conclusão no curso universitário, possibilitando aos pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento conhecerem a dinâmica das trajetórias acadêmicas em cursos de graduação, em conformidade com a estrutura curricular de duração mínima e máxima de cada curso, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Prazos para integralização dos cursos de Graduação do Centro de Educação

Curso de Graduação	Duração mínima (semestres)	Duração máxima (semestres)
Pedagogia (diurno)	08	12
Pedagogia (noite)	09	14
Psicopedagogia (diurno)	07	11

Pedagogia em Educação do Campo (noite)	10	15
Ciência das Religiões (noite)	08	12
Média de duração dos cursos	8,4	12,8

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do painel (2024).

A análise dos dados do OAE, que constitui o estudo de caso, são lidos sob duas perspectivas. A primeira consiste nos dados do Censo da Educação Superior, com dados relacionados ao número de ingressantes, formados, matriculados, abandonos, bem como dados sobre o perfil dos estudantes (sexo e etnia), no período de 2010 a 2022. A segunda perspectiva está relacionada à trajetória, a qual é entendida como um indicador definido pelo INEP (2019, p. 30), e se caracteriza como o “acompanhamento longitudinal de ingressante em um curso de graduação (código) de um determinado ano de ingresso, até o encerramento de seu vínculo (conclusão ou desistência) no mesmo curso de entrada”. A trajetória é medida com base em quatro unidades de análise: trancamento (continuidade de vínculo institucional no seu curso de ingresso); desistência (perda de vínculo institucional por meio de desvinculação no curso de ingresso); conclusão (formação no curso de ingresso); permanência (estudantes que ainda estão matriculados no curso). Na trajetória, há dados de turmas que ingressaram desde 2010 e suas respectivas situações em 2022.

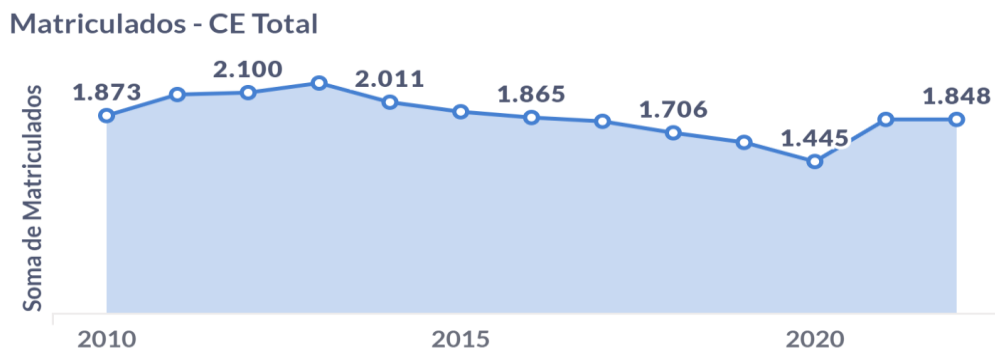
Inicialmente, apresentamos os dados que correspondem ao total de estudantes no Centro de ensino pesquisado, no período de 2010 a 2022. Nas figuras 3 e 4, é possível verificar o decréscimo dos ingressantes e o total de alunos matriculados que se mantém em estabilidade.

Figura 3 – Total de ingressantes no Centro de Educação - UFPB - 2010 - 2022



Fonte: Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), 2024.

Figura 4 – Total de matriculados no Centro de Educação - UFPB - 2010 - 2022

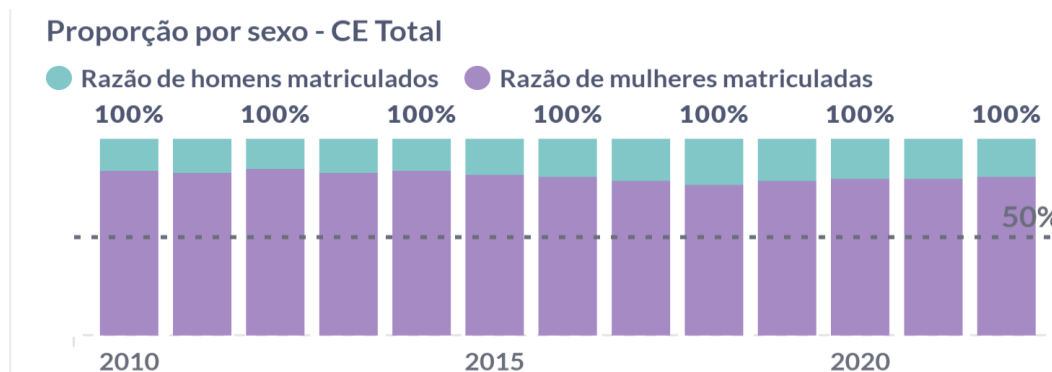


Fonte: Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), 2024.

O dado inicial é o quantitativo de estudantes, por vínculo (ingressantes e matriculados), no centro de ensino. Aqui, busca-se acompanhar e avaliar a distribuição dos dados, em que se observa uma tendência de queda acentuada em todo o período, destacando-se um dado ainda mais preocupante em 2019, sendo retomado o crescimento em 2020, seguindo nova tendência de queda, possivelmente relacionada às consequências da pandemia de Covid-19. A mesma tendência de queda é verificada entre os matriculados, sendo o ano de 2020 o de menor quantitativo de matriculados, algo que foi retomado nos dois anos seguintes.

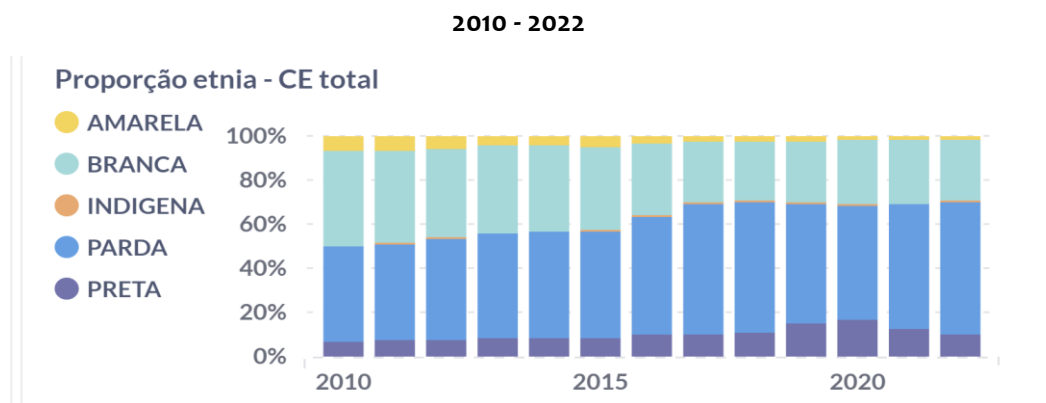
Nas figuras 5 e 6, a seguir, são confirmados os indicadores do Censo da Educação Superior 2022, os quais indicam que cursos de Licenciatura possuem a característica de curso predominantemente feminino, como um público maior de negros (pretos e pardos) em relação à autodeclaração étnico-racial.

Figura 5 – Total de matriculados por sexo, no Centro de Educação - UFPB – 2010 - 2022



Fonte: Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), 2024.

Figura 6 – Total de matriculados por autodeclaração étnico-racial, no Centro de Educação - UFPB –

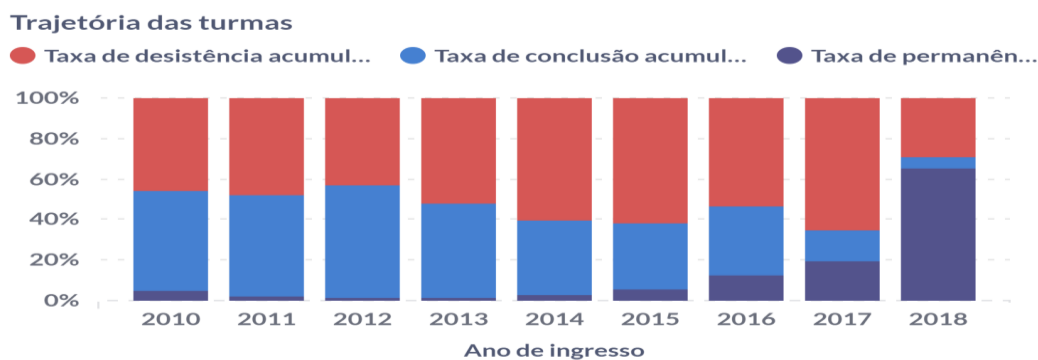


Fonte: Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), 2024.

Para Bourdieu (1996), as escolhas não são gratuitas, possuem razões práticas, pois o cálculo racional das probabilidades de sucesso, em geral, fundamenta suas explicações nos fins econômicos. Nesse sentido, é possível pensar quais elementos atraem estudantes para cursos considerados de baixo *status* social e menor rentabilidade econômica, tais como as Licenciaturas? Contraditoriamente, o curso de Pedagogia apresenta-se como a menor taxa de desistência (INEP, 2023) e se configura como possibilidade concreta de conclusão e empregabilidade no mercado educacional. No entanto, no Centro de Educação da UFPB, o curso de Psicopedagogia é o que apresenta menor evasão e maior taxa de conclusão.

Todavia, o dado indica que há o acúmulo da matrícula, indicando a retenção de estudantes no processo de formação, ao se analisar a trajetória das turmas no respectivo centro de ensino. Do total de matrículas, apresentado na figura 4, é possível observar a situação da trajetória dos estudantes em termos de taxa de desistência, taxa de conclusão e taxa de permanência acumulada, que são os alunos no período de conclusão do curso que estão retidos, conforme figura 7.

Figura 7 – Evolução dos indicadores de trajetória dos estudantes no curso (2010-2018)

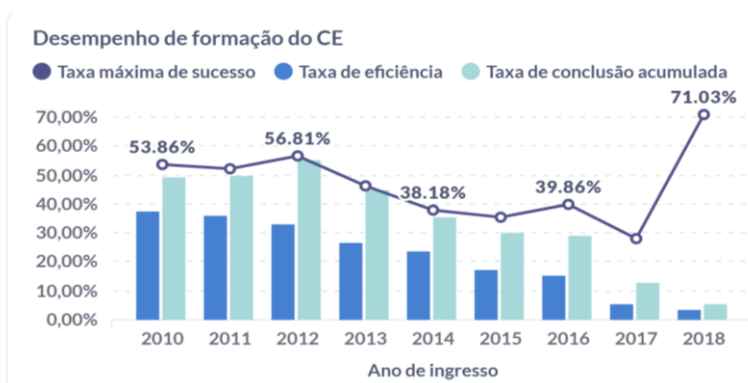


Fonte: Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), 2024.

Ao considerar o ingresso, no ano de 2010 a 2018, para os cursos de 5 anos, do Centro de ensino em estudo, a conclusão seria que, em 2014, registra-se uma taxa de desistência acumulada de 60,16%; de conclusão, de 36,90%; e de permanência/retenção, de 2,94%. Ressalta-se, ainda, uma tendência à oscilação da taxa de desistência acumulada ao longo dos anos estudados, chegando a 65,36% na turma de ingressantes de 2017.

Esse dado é complementado pela figura 8, que apresenta três indicadores: a taxa máxima de sucesso, que se refere ao percentual máximo que uma determinada turma de ingressantes pode alcançar se todos os estudantes ainda matriculados se formarem; a taxa de eficiência, que se refere ao percentual de estudantes que se formaram dentro do tempo mínimo do curso; e a taxa de conclusão acumulada, que é o percentual de estudantes daquele ano que se formaram independentemente do tempo. O que se verifica é que, ao longo das turmas, as três taxas seguiram uma tendência de queda. A última turma (ingressantes de 2018) ainda há a oportunidade de chegar em um percentual de 71,03% caso todos os matriculados se formarem e não evadirem.

Figura 8 – Desempenho do Centro de Educação em sua capacidade de formação (2010-2018)



Fonte: Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), 2024.

Aragão (2021), ao analisar os fatores da evasão em estudantes atendidos/as pela assistência estudantil, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), destaca a dificuldade na aprendizagem, os problemas emocionais e de saúde, e a maternidade. Já os fatores institucionais que favorecem a evasão são o trabalho docente e a organização do currículo; e os condicionantes externos, as dificuldades financeiras durante a formação. Nesses termos, não podemos prescindir de observar fatores como a relação pedagógica entre

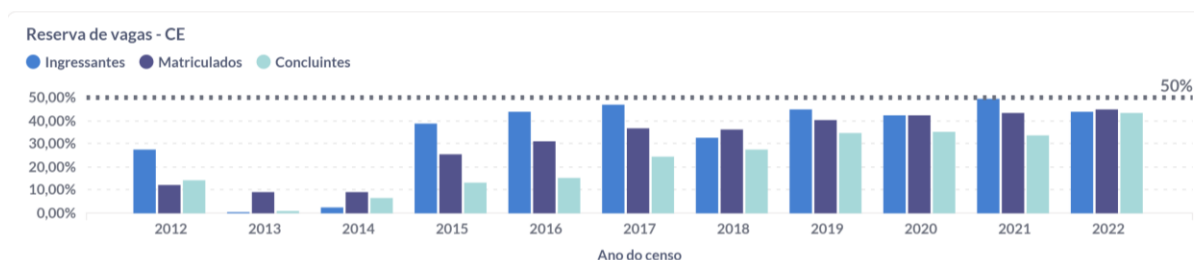
Retenção e evasão: os desafios para a permanência e conclusão de cursos no Ensino Superior

docente/discente, os processos de aprendizagem e os fatores institucionais do trabalho docente e do currículo, internos à instituição, pois:

Não demanda muito esforço imaginar que problemas de aprendizado podem derivar da prática pedagógica da instituição ou do(a) docente, ou que as dificuldades de relacionamento derivem de relações de assédio, ou mesmo que o desprestígio da instituição redunde de decisões equivocadas de gestores (Coimbra; Silva; Costa, 2021, p, 11).

Fugindo à tendência nacional, o Centro de Ensino somente atinge o patamar próximo de 50% de ingressantes oriundos de reserva de vagas, a partir de 2017, conforme figura 9. Uma possível justificativa aponta para as dificuldades que os cotistas têm em ingressar no ensino superior, que terminam tendo suas vagas ocupadas pela ampla concorrência.

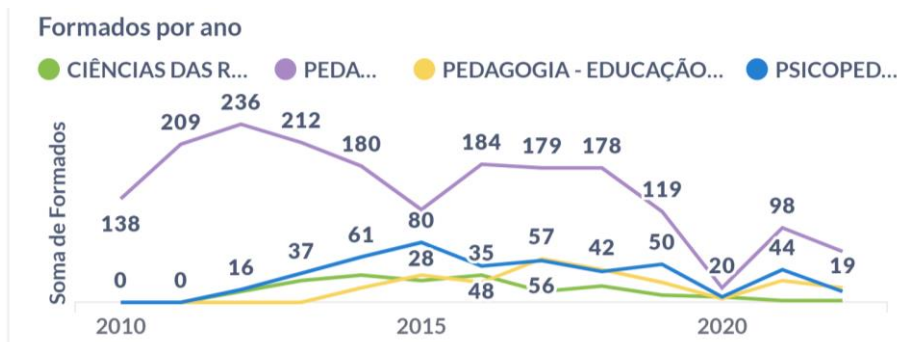
Figura 9 – Total de matriculados com reserva de vaga no Centro de Educação - 2010 - 2022



Fonte: Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), 2024.

O Censo da Educação Superior 2022 assinala os 15 cursos de Licenciatura com maior número de matrículas e aponta a prevalência do curso de Pedagogia, com 49,2% dos alunos matriculados. Também é o curso com maior taxa de conclusão e menor taxa de desistência acumulada, mesmo com grandes oscilações, no período de 2010 a 2022. Essa tendência nacional se confirma no centro de ensino pesquisado, conforme figura 10.

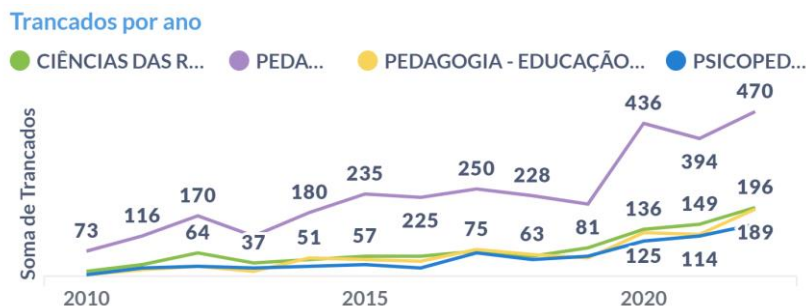
Figura 10 – Evolução dos indicadores de estudantes Formados – Centro de Educação (2010-2022)



Fonte: Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), 2024.

Vale ressaltar que o curso de Pedagogia também apresenta o maior número de estudantes que efetuam trancamento de matrícula em disciplinas, conforme figura 11.

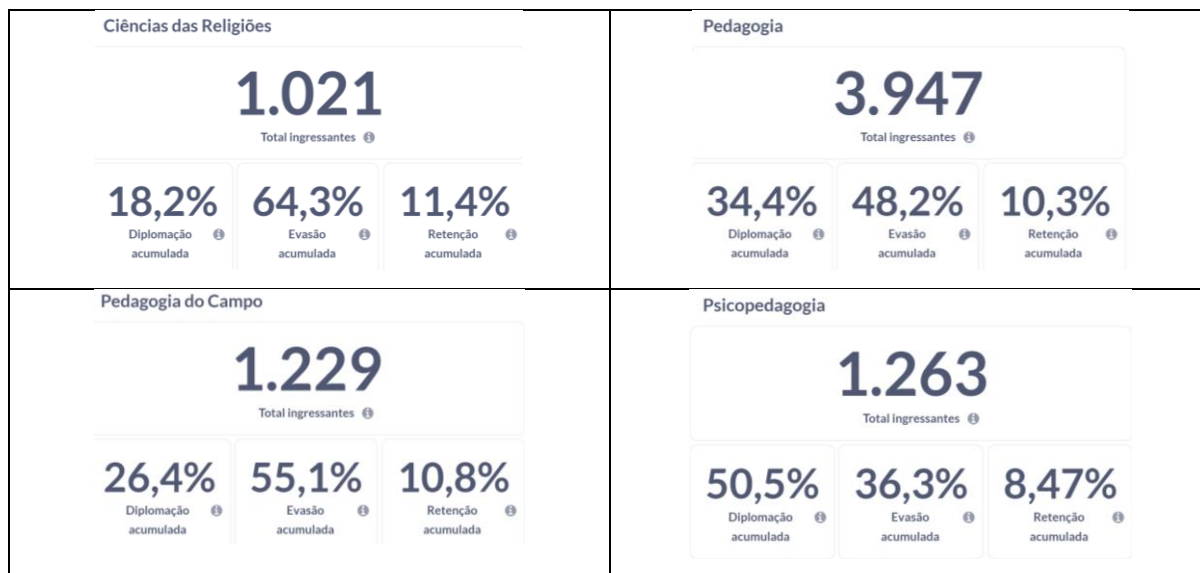
Figura 11 – Evolução dos indicadores de estudantes com Trancamento (2010-2022)



Fonte: Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), 2024.

A trajetória histórica das taxas de evasão acumulada nos cursos, considerando aqueles que ingressaram entre 2010 e 2018, mostrada na figura 12, evidencia que Ciências das Religiões e Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do Campo – superaram o patamar de 50%. Observa-se que o curso que apresenta a maior taxa de evasão acumulada é o de Ciências das Religiões (64,3%); o de menor taxa acumulada, o curso de Psicopedagogia (36,3%).

Figura 12 – Taxas de evasão por curso (trajetória de estudantes que ingressaram entre 2010 e 2018)



Fonte: Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), 2024.

Coimbra, Silva e Costa (2021) avaliam que o fenômeno da evasão pode ter fatores dos mais diversos, dentre estes: aspectos financeiros; de identificação e satisfação com o curso; de integração acadêmica; dificuldade nos conteúdos; baixo prestígio do curso; dificuldades em conciliar os estudos com outras atividades; falta de apoio familiar etc.

Retenção e evasão: os desafios para a permanência e conclusão de cursos no Ensino Superior

As hipóteses que envolvem uma taxa de evasão acima dos demais, no curso de Ciências das Religiões, podem ser variadas, desde o fato de a graduação agregar um número de estudantes com uma faixa etária mais elevada, que precisam conciliar trabalho e estudos, até questões de identificação com o curso, ou fatores internos e externos à instituição (Jezine; Barbosa, 2020).

Desse modo, os dados apontam a problemática que precisa ser investigada no campo das relações acadêmicas e pedagógicas, de identidade do/a estudante com o curso e as perspectivas para o mundo do trabalho, bem como as políticas institucionais de apoio à permanência e à conclusão do curso.

Além de tais indicadores, tanto o curso de Ciências das Religiões como o curso de Pedagogia — área de aprofundamento em Educação do Campo —, que assume o segundo lugar na taxa de evasão acumulada, com 51,1%, são cursos que funcionam exclusivamente no período noturno, o que agrega outros fatores ao campo de análise, como a relação curso diurno e noturno, o perfil socioeconômico dos/as estudantes ingressantes de acordo com os turnos, além das dificuldades em conciliar estudo e trabalho, que faz parte da realidade vivida pelos/as estudantes trabalhadores/as. Os cursos noturnos possuem especificidades, tendem a um perfil de alunos/as trabalhadores/as, de maior idade; muitos, inclusive, cursantes da segunda graduação. Acrescenta-se, ainda, a dinâmica da realidade de funcionamento do curso, o fator de desprestígio social atribuído aos cursos da área da educação que, historicamente, oferecem menor salário no mercado de trabalho e agregam alunos/as de classe social vulnerável, emergindo o fator financeiro como impulsionador da evasão.

Os dados aqui apresentados, quando lidos a partir da realidade de cada curso, confirmam indicadores que impulsionam (ou interferem) na evasão de estudantes, tais como: cursos de baixo prestígio social que agregam alunos/as com perfil socioeducacional deficitário, maior parte oriundos/as de escolas públicas, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que não conseguem se manter no curso sem trabalhar.

Tais indicadores conduzem a elementos essenciais para o processo de ação-reflexão-ação, a partir do estudo longitudinal que proporciona o conhecimento de previsibilidade do período mais crítico de retenção, a partir dos trancamentos do curso, de disciplinas isoladas, até o processo de finalização com a conclusão e/ou evasão.

Os dados sobre a evolução da média da trajetória de estudantes do ensino superior no Brasil e as análises dos indicadores de cursos do Centro de ensino permitem levantar

questões, ao pensar o papel da universidade como bem público. Como vem se efetivando o direito à educação, diante das desigualdades sociais de acesso ao ensino superior? Considerando a formação profissional como um instrumento de ascensão social, quem são os sujeitos que se prejudicam com o alongamento da conclusão do curso? Nessa direção, é possível inferir que a retenção e a evasão se constituem em processos de exclusão social, ao tempo que contribuem para a manutenção do *status quo* de sujeitos oriundos de classe social com menor poder aquisitivo e menor capital cultural.

Considerações finais

As contradições do processo de expansão do ensino superior tendem a se disseminar entre os setores público e privado, modalidades presenciais e a distância, instituições e cursos, principalmente quando as IES não cumprem sua função social, a da formação profissional. Desse modo, a previsibilidade acerca do processo de retenção e de evasão se sucede e se aprimora, no contexto da globalização, com políticas neoliberais de privatização e mercantilização do conhecimento, ampliando processos de exclusão social.

Mesmo que ocorra o ingresso na instituição superior e os/as estudantes sigam a trajetória do curso, eles/as passam por situações que os/as impedem de prosseguirem devido aos fatores, considerados internos e externos à perspectiva de ingresso, ao sujeito e à instituição. Ao longo do trajeto, muitos/as ficam pelo caminho, o qual se torna mais tortuoso; outros/as desistem ou mesmo mudam o percurso da trajetória, com outras escolhas, interrompendo sonhos.

Embora a análise dos dados dos cursos demonstre que há um índice de retenção e de evasão anual que corresponde à média nacional, os indicadores em tela apresentam nuances que merecem atenção. Questões despontam para refletir sobre a realidade do centro de ensino pesquisado, como o investimento nas políticas para a permanência estudantil, sobretudo a assistência estudantil. Assim, há um extenso caminho a ser trilhado para reduzir as taxas de retenção e de evasão, que se inicia na identificação dos fatores que contribuem para a retenção nos diferentes contextos educacionais dos cursos e seus sujeitos.

Os dados demonstram, ainda, a importância de aprofundar novos estudos que contemplem as demais áreas do conhecimento da universidade — Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Natureza, Ciências Sociais Aplicadas e Tecnologia —

bem como possibilitar estudos comparativos sobre evasão e retenção no âmbito institucional.

Os resultados obtidos por meio da criação e desenvolvimento do Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), na universidade pesquisada, demonstram a relevância de aferir e monitorar a situação acadêmica dos estudantes, identificando inclusive taxas de evasão e de retenção, para uma gestão que possa garantir a permanência àqueles que, em situação de vulnerabilidade, conseguiram ascender a cursos superiores.

Referências

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. COMISSÃO Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024.

ARAGÃO, Belmont de Brito Lima. **Retenção de estudantes contemplados com a assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. 2021. 196 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22538/1/GabriellyBelmontDeBritoLimaArag%30a30_Dissert.pdf. Acesso: 04 ago. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Alfrânio. (orgs.). **Escritos de educação: Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012a. p. 83-126.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice.; CATANI, Alfrânio. (orgs.). **Escritos de educação: Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012b. p. 39-64.

CARVALHO, Rayanna; JEZINE, Edineide. Expansão do Acesso à Educação Superior em um debate interseccional de gênero e classe. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 30, n. 1, 2019. DOI: 10.32930/nuances, v. 30i1.6756. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/6756>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso.; NAKAMURA, Paulo Hideo; JEZINE, Edineide. Permanência na educação superior no Brasil: Construção de uma escala de medida. **Revista de la Asociación de Sociología de la Educación (RASE)** (online). v. 10, n. 2, p. 209-224, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6002233.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, n. 47, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228764>. Acesso em: 10 ago.2024.

COSTA, Francisco José; COSTA, Paulo Roberto Santos; MOURA JÚNIOR, Pedro Jácome. **Diplomação, evasão e retenção: modelo longitudinal de análise para o ensino superior**. João Pessoa, 2017. Disponível em:

http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/diplomaaao_evasao_e_retenaoo_modelo_longitudinal_de_analise_para_o_ensino_superior_1510325886.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

CUNHA, Emmanuel Ribeiro; MOROSINI, Marília Costa. Evasão na educação superior: uma temática em discussão. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 82–89, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/283>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. Uberlândia: FONAPRACE/ANDIFES, 2019. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Sociocono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

GÓIS, João Bôsko Hora. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 743-768, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300002>. Acesso em: 25 out. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Notas estatísticas 2019 - Censo da Educação Superior**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2020/Notas_Estati_sticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022**. Divulgação dos resultados. Disponível em: Educação Superior – Graduação — Inep (www.gov.br). Acesso em: 20 maio. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Dicionário de indicadores educacionais - Fórmulas de cálculo**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/dicionario_de_indicadores_educacionais_formulas_de_calculo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

JEZINE, Edineide; BARBOSA, Sanya. T. A permanência de estudantes cotistas na UFPB em cursos de alto e baixo prestígio social. **Educação e Fronteiras**, Dourados (MS), v. 10, n. 29, p. 105–124, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/14174>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos.; MALANGE, Fernando Cezar Vieira; BARBOSA, Valci Aparecida. Políticas de expansão da educação superior implantadas pelo Estado brasileiro: Reflexões sobre democratização. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MAUÉS, Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). **Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil** (Série educação geral, Educação superior e formação continuada do educador) Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016. p. 213-236.

LUCHMANN, Julio Cesar. **Ensino superior no Brasil (1994-2006)**: políticas de acesso e permanência. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007. 88 f. Disponível em: <https://flacso.org.br/files/2017/05/Julio-Cesar-Luchmann.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MANCEBO, Deise. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: caminhos da pesquisa. In: JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. (orgs.). **Políticas de Educação Superior no Brasil**. Expansão, acesso e igualdade social. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 21-34.

MENDES, Maíra Tavares. Mapeando a produção sobre permanência estudantil: categorias em articulação e estratégias de permanência. **Revista de Estudos Universitários** - REU, Sorocaba, SPv. v. 46, n. 2, p. 385–407, 2020. DOI: 10.22484/2177-5788.2020v46n2p385-407. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/4040>. Acesso em: 10 ago. 2024.

NUNES, Roseli Souza dos Nunes; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A permanência na educação superior: múltiplos olhares. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 6, n. 16, p. 48–63, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5708>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. Coimbra: Almedina, 2008.

Notas

ⁱ O texto resulta do Projeto de Pesquisa “Acesso, Permanência e Evasão na Educação Superior: políticas e práticas nas instituições e trajetórias” (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 - Faixa B) como parte do Eixo 5 - Acesso e Permanência – Rede Universitatis/BR.

ⁱⁱ Compreende-se **sistema de ensino** como o conjunto de instituições que compõe a educação em nível federal, estadual ou municipal, a partir da concepção prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9.394/1996), em seu Art. 8°, “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.” (BRASIL, 1996).

ⁱⁱⁱ O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi aprovado pela Lei n° 11.096/2005, tendo a finalidade de ofertar bolsas de estudo totais e/ou parciais a estudantes com perfil socioeconômico de baixa renda, em instituições privadas de ensino superior, a partir da isenção fiscal.

^{iv} O termo “desistência” se faz necessário, pois foi mantido para manter a coerência com o material do INEP e evitar possíveis desentendimentos terminológicos. No entanto, o termo “desistentes” pode não representar adequadamente o fenômeno da evasão.

^v No painel de dados que compõe o Observatório Acadêmico do Estudante (OAE), tem-se a opção de visualizar “séries históricas”, sobre permanência, matriculados, trancados e diplomados, ao longo dos anos; “trajetória”, em que é possível analisar uma turma específica de ingressantes; e “glossário”, no qual é possível verificar os conceitos e as terminologias utilizadas na ferramenta. Disponível em: <http://ce.ufpb.br/observatorio>. Acesso em: 10 ago. 2024.

^{vi} Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCG) é analisada em relação à Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), disponibilizada pelo MEC. É a partir da TSG que se observará o fenômeno da retenção, pois o aluno que ultrapassa o tempo de duração padrão do curso já pode ser considerado retido, uma vez que não concluiu no tempo curricular estabelecido (UFF, 2022).

Sobre os Autores

Edineide Jezine

Doutora em Sociologia (UFPE), com estágio pós-doutoral em Ciências da Educação (UHLT / Lisboa e Universitat de València – Espanha). Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista Produtividade Pq2 (CNPQ). Email: edjezine@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0180-0347>

Uyguaciara Veloso Castelo Branco

Doutora em História (UFPE), com estágio pós-doutoral em Sociologia (Universitat de València – Espanha). Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade (NEPES/CE/UFPB).

Email: uyguaciara@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3595-1415>

José Jorge Lima Dias Júnior

Doutor em Administração. Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba. Coordenador do Laboratório de Gestão e Inteligência de Dados (LAGID/UFPB).

Email: jorge.dias@academico.ufpb.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4381-1930>

Recebido em: 05/09/2024

Aceito para publicação em: 07/10/2024